

# Instrução pública e formação de professores em Minas Gerais (1825-1852)\*

*Walquíria Miranda Rosa\*\**

Esta pesquisa tem por objetivo compreender as representações produzidas sobre a profissão docente e as capacidades específicas do professor na primeira metade do século XIX, momento em que se buscava organizar a instrução pública primária mineira. O período analisado foi de intensos debates sobre a organização do sistema de ensino primário, e também marcado pela produção de discursos por meio dos quais foi veiculada a necessidade de organização da instrução pública e da formação dos professores, bem como a criação de uma Escola Normal na qual estes pudessem ser formados.

*PROFISSÃO DOCENTE; INSTRUÇÃO PÚBLICA; FORMAÇÃO DE PROFESSORES.*

The goal of this research was to understand the roles of the teaching occupation and the teacher's specific abilities in the first half of the nineteenth century, a moment when the public elementary schooling of the state of Minas Gerais, Brazil, was being organized. In the analyzed period deep arguments on the organization of elementary school system took place. Concepts were produced about the need to organize the public schooling and the teachers formation, as well as the creation of a "Escola Normal" ('Normal' refers to the function of defining procedures; this institution is responsible for the teachers formation) where the teachers would be trained.

*TEACHING OCUPATION; PUBLIC SCHOOLING; TEACHING FORMATION.*

---

\* Este texto é parte das reflexões feitas em minha dissertação de mestrado intitulada: *Instrução Pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)*.

\*\* Pedagoga, mestra em educação pelo PPGE-FaE/UFMG. Professora auxiliar de história da educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, do Unicentro Metodista Izabela Hendrix e da Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Itabirito/UNIPAC. Pesquisadora do GEPHE-FaE/UFMG e do NEPHE-FaE/UEMG.

Neste artigo, são tratados aspectos da institucionalização da instrução pública primária e da formação de professores na província mineira na primeira metade do século XIX, trazendo contribuições para a reflexão destas questões a partir de uma documentação rica e ainda pouco explorada nas pesquisas realizadas na história da educação brasileira.

A formação de professores em Minas Gerais é abordada a partir do debate produzido na sociedade na primeira metade do século XIX. Esse debate se dá por meio da produção e circulação de impressos, especificamente do jornal *O Universal*. Esse jornal foi veículo de produção e circulação de um discurso sobre a necessidade de organizar a instrução pública primária e de formar os professores que nela iriam atuar.

Discute ainda estratégias utilizadas pelos governantes, no que tange à produção de uma legislação específica para produzir e legitimar a organização da instrução e a formação dos professores na primeira metade do século XIX em Minas Gerais. Percebe-se que esse foi um período de intensos debates sobre o tema e de uma produção sistemática de leis que procuravam instituir tal necessidade.

Por fim, trata a questão da formação dos professores através da produção de discursos sobre a necessidade de formação junto aos próprios professores. Essa estratégia se dá, sobremaneira, a partir da escrita feita pelo professor Francisco de Assis Peregrino, após a volta de uma viagem à França em 1839, de um documento intitulado por ele de *Memória*. Essa viagem teve como objetivo cumprir exigências de um contrato realizado pelo professor com a província mineira, a fim de que fossem observados a instrução e os métodos de ensino utilizados naquele país, na tentativa de depois propor uma organização da instrução primária em Minas Gerais.

## Organização da instrução pública em Minas Gerais

É a partir da década de 1820 que a importância da formação dos professores é discutida de forma mais intensa em Minas Gerais. Essa discussão esteve atrelada a uma organização que se propunha para o ensino público naquele período.

A necessidade acerca da escolarização da população, principalmente daquelas que eram consideradas pelos dirigentes como as “camadas inferiores da sociedade”, foi intensamente discutida nas províncias de todo o Império na primeira metade do século XIX; o mesmo acontecia em Minas Gerais. Observa-se, nas discussões sobre a importância de se organizar um sistema público de ensino e de escolarizar a população, a produção de um discurso, no qual a falta de uma formação específica dos mestres de primeiras letras passa a ser colocada como a principal causa para o pouco sucesso da instrução primária na província de Minas Gerais.

Percebe-se, nesse momento, uma crescente intervenção do Estado na instrução pública. Diversas leis foram produzidas com o objetivo de garantir a frequência da população livre à escola e de normatizar a formação que seria dada aos professores que atuariam no sistema público de ensino.

Ao analisar as fontes<sup>1</sup> do período em questão, podemos indiciar que os professores que ensinavam até então foram considerados incapazes e desinteressados pelos dirigentes mineiros. Os saberes e as práticas escolares utilizados por eles foram desqualificados. Era preciso, segundo os dirigentes, garantir um outro conjunto de saberes os quais eles deveriam dominar.

Para compreendermos melhor esse processo de desqualificação pelo qual passa o professor primário na primeira metade do século XIX em Minas Gerais, torna-se necessário compreendermos quem era esse professor e em que condições ele atuava e qual organização se propunha para a educação primária nesse momento.

Os professores que atuavam nas poucas escolas régias ou nas cadeiras públicas de primeiras letras herdadas do período colonial eram reconhecidos ou nomeados pelos órgãos do governo responsáveis pela

---

1 As fontes consultadas para essa pesquisa foram: relatórios de presidentes da província de Minas Gerais, ofícios dirigidos a professores pelos presidentes de província e de professores aos presidentes, documentos referentes à Escola Normal de Ouro Preto. O jornal *O Universal*, manuais utilizados na Escola Normal para a formação dos professores, a legislação referente à instrução pública produzida e publicada no período estudado, ofícios escritos por professores, provas realizadas pelos professores após freqüentarem a Escola Normal de Ouro Preto.

instrução, e davam suas aulas em lugares improvisados e precários. Na maioria das vezes, os alunos dirigiam-se para a casa do mestre ou da mestra, que algumas vezes recebiam ajuda para o pagamento do aluguel. O período de aula era de 4 horas, dividido em duas sessões: uma das 10 às 14 horas e outra das 14 às 16 horas. Os professores ensinavam pelo método individual. Tal método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, ensinasse a cada um deles individualmente.

O número de escolas régias e de cadeiras públicas era bem reduzido. Há indícios de que a rede de escolarização doméstica era bem maior do que a da rede pública estatal, o que garantia o acesso de alguns que não a freqüentavam ao aprendizado das primeiras letras<sup>2</sup>. Nesse caso, os professores eram contratados pelos pais e davam aula em locais, na maioria das vezes, também por eles organizados.

Outro modelo de educação escolar que no decorrer do século XIX foi configurando-se, segundo Faria Filho (2000), “é aquele que os pais, em conjunto, resolvem criar uma escola, e para ela, contratam coletivamente um professor, ou uma professora”. A diferença fundamental deste modelo de ensino é que o professor não mantém nenhum vínculo com o Estado, apesar dos esforços deste para influenciar tais experiências.

Com o progressivo fortalecimento do Estado Imperial e com a discussão cada vez maior acerca da importância da instrução escolar, estrutura-se uma representação de que a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível. Juntamente com essa representação é construída a idéia de que era preciso formar um novo professor e dar a ele uma formação específica.

Várias foram as estratégias utilizadas pelos governantes mineiros e pela elite local, no sentido de construir uma nova representação acerca dos professores primários. Entre elas, podemos citar a produção e circulação do discurso jornalístico, do qual tomamos como exemplo o jornal *O Universal*, iniciada em 1825.

---

2 Em 1827, Bernardo Pereira Vasconcelos sustentava que, em Minas Gerais, havia 23 escolas públicas e 170 escolas privadas.

*O Universal*<sup>3</sup>, apontado como um dos mais importantes jornais de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, foi publicado por um período de 17 anos (1825-1842). Desde o seu primeiro número com a publicação de uma matéria intitulada “Educação elementar”, na qual traz à tona a defesa do método mútuo, o jornal defende a necessidade de escolarização para toda a população. Em suas páginas, é possível constatar um intenso debate sobre a educação elementar e sua importância para a civilização e moralização da população. Através do jornal é possível compreender “a luta política por afirmar a importância da instrução pública no processo de consolidação do Estado Nacional e na expansão, entre nós do ideário civilizatório e cientificista do século XIX” (Faria Filho, 1999a, p. 119).

A importância que é atribuída à instrução e sua organização na primeira metade do século XIX fica explícita com a publicação da citada matéria “Educação elementar”, que tinha por objetivo divulgar e propagar o método mútuo. Tal matéria ganha destaque durante os 16 primeiros números do jornal, publicados entre 18 de julho e 22 de agosto de 1825, tendo sido dividida em cinco partes, sendo elas: Introdução, Origem do Novo Sistema na Inglaterra, Princípios em que se funda esse sistema, Emprego das diferentes classes de meninos na escola e um subitem deste último: Disciplina das Escolas – Prêmio. A cada dia de publicação, dedicavam-se duas páginas inteiras à explicação do método mútuo<sup>4</sup> e os benefícios advindos de sua implantação.

A matéria inicia-se com críticas ao sistema de instrução seguido até então no Brasil, no qual era adotado o método individual, afirmando ser

---

3 O jornal *O Universal* foi publicado em Ouro Preto. Seu primeiro número foi editado em uma segunda-feira no dia 18 de julho de 1825 e o último no dia 10 de junho de 1842.

4 Segundo Bastos (1999), “o método mútuo foi sistematizado por A. Bell e J. Lancaster. No método mútuo, a responsabilidade é dividida entre o professor e os monitores, visando a uma democratização das funções de ensinar”. Tem como postulado a diversidade das faculdades, a desigualdade de progresso, de ritmos de compreensão e de aquisição. A escola é dividida em classes diferentes, conforme as disciplinas e o grau de conhecimento dos alunos, nessa classificação a idade não tem nenhuma interferência. Os alunos assim divididos participam do mesmo exercício.

ele dispendioso e limitado. Defende, em contraposição, a necessidade de uma educação para todo o povo, com o propósito de generalizar uma educação de qualidade, sem grandes despesas para o governo e cuidando também para que fosse rápida e para que o trabalhador não fosse privado do tempo que deveria ser empregado no trabalho<sup>5</sup>.

A adoção do método mútuo por parte de escolas e professores é apontada como a solução para o problema. A principal virtude do método mútuo, segundo a matéria publicada no jornal, era a economia que ele possibilitava, uma vez que permitia que um só professor, auxiliado de monitores, pudesse ensinar a um número maior de alunos, podendo encarregar-se de instruir até mil alunos. Possibilitava também que os alunos ficassem menos tempo na escola.

O principal problema a ser resolvido para o autor<sup>6</sup> da série de artigos sobre a educação elementar era a morosidade e a ineficácia do método individual, que fazia com que o aluno freqüentasse por um longo espa-

---

5 Essa preocupação ficava evidente, quando em 1826 encontramos no dia 10 de fevereiro, uma carta publicada intitulada *Carta de Americus*, na qual o autor afirma que o “fim principal da educação he fazer de hum individuo o instrumento da sua propria felicidade [...]”. Nessa carta, o autor defende a educação como um todo, devendo ela conter a educação física, moral e intelectual. Afirma que a educação moral tem que ser de responsabilidade da família e a terceira da escola. A referida carta é publicada em duas partes, sendo a segunda publicada no dia 20 de fevereiro do mesmo ano. Na continuação da carta, ao falar da importância do trabalho, defende que o homem deve trabalhar, mas quem trabalha, segundo Americus, não consegue estudar, daí a necessidade que o conhecimento seja dado proporcionalmente à condição social dos indivíduos. Americus defende também que a educação deve vir na infância/adolescência. Tempo em que, segundo ele, fisicamente o homem não está apto para o trabalho e da educação colherá frutos depois. Aqui se percebe a preocupação do autor com o fato de que se possa conciliar a instrução escolar com o tempo dedicado ao trabalho. Era preciso que o tempo escolar que queria se instituir levasse em conta os outros tempos sociais, principalmente o tempo reservado ao trabalho. Essa passa a ser uma das principais questões a serem resolvidas pelos dirigentes mineiros na ampliação do sistema de ensino.

6 Suspeitamos que a série de artigos denominada “Educação elementar” publicada no *O Universal* em 1825 tenha sido de autoria de Hipolito da Costa. Essa suspeita se dá pois em outubro de 1816 foi publicada uma série de artigos no *Correio Brasiliense* assinada por este autor que em muito se assemelha com a publicação realizada no jornal mineiro (cf. Bastos, 1999).

ço de tempo a escola, saindo mal sabendo ler e escrever. Isto, além de prejudicar os alunos, gerava altos custos para a província, sem ao menos ter resultados positivos.

A economia era o princípio básico no qual se baseava o método mútuo, uma vez que o governo se limitaria aos gastos do salário de um só professor, às despesas da casa (escola), lápis, borracha, pedra e outros materiais essenciais para o ensino. O princípio de economia era também pensado em relação ao tempo, ou seja, no método mútuo os alunos gastariam menos tempo para aprender a ler, escrever e contar do que, no método individual, pois, aprenderiam com os monitores, o que, segundo os defensores do método mútuo, contribuía para o melhor aproveitamento do tempo. Além do mais, a adoção do método resolveria o problema da falta de professores, fato comum à época e considerado pelos dirigentes mineiros uma das principais causas do atraso em que se encontrava a educação primária.

A divisão do tempo também fazia parte das preocupações trazidas pela adoção do método mútuo. O horário de início e término da aula era definido, bem como o aproveitamento de todo o tempo em que os alunos se encontravam na escola. Todas as ações a serem executadas pelos alunos eram pensadas de forma que o tempo não fosse “desperdiçado”.

Na última parte da matéria publicada no jornal, o autor põe-se a descrever, a título de exemplo, como o método funciona. Chamando “Emprego das diferentes classes de meninos na escola”, o autor dá, inicialmente, exemplos de como pode funcionar as diferentes classes, a começar da primeira. Essa classe era composta por meninos mais novos, que nada sabiam, assim sendo, iniciavam o aprendizado do alfabeto e orações da cartilha. Aprendiam a ler e escrever na mesa de areia, passando depois a copiar cartas do ABC no papel, seguindo pela memorização das letras, alcançando-se a seguir a aprender as sílabas simples. Os alunos deveriam ficar próximos ao professor. Cada um dos discípulos deveria ser ensinado individualmente, portanto, a classe não podia ser muito numerosa. Era calculado um tempo de três semanas para que os alunos aprendessem o alfabeto.

Nesta série de artigos publicados sobre o método mútuo no jornal *O Universal*, fica evidente quais eram as grandes questões a serem resol-

vidas para a melhoria da instrução pública, na visão dos dirigentes – o melhor aproveitamento do tempo e a redução dos gastos. A maior complexidade da organização da instrução proposta pelo método mútuo traz também uma discussão sobre a necessidade de oferecer uma formação adequada aos professores primários.

Dois anos depois, veio a público aquela que seria a principal estratégia de divulgação e expansão do método de ensino mútuo no país: a lei de 15 de outubro de 1827. Nela, foram definidos vários aspectos da instrução pública relacionados às escolas e aos professores, às matérias ensinadas, aos métodos e outros. Essa lei determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, estabelecendo, ainda, quais os conteúdos a serem ensinados e que estes deveriam ser ensinados pelo método mútuo.

Os defensores do método mútuo defendiam-no como uma poderosa arma na luta para fazer com que a escola atingisse um número maior de pessoas. Tal crença fez com que em Minas Gerais algumas escolas fossem organizadas segundo tais ordenamentos pedagógicos. No ano de 1829, o conselho da província mandou publicar um livro com não mais de 14 páginas com o seguinte título: *Castigos Lancasterianos – em consequência da Resolução do Exmo. Conselho de governo da Província de Minas Gerais, mandando executar pelos Mestres de 1as letras e de gramática Latina*. Neste livro, consta uma lista de castigos lancasterianos para serem aplicados nas escolas de primeiras letras da província. O que denota a importância que foi atribuída a tal método.

O documento era assim dividido: Instrumentos e Modos de castigos Lancasterianos; das Cadêas de Páo, a cesta, a Caravana, Proclamação dos erros de um ofensor Perante a aula, Falta de limpeza, da prisão depois da aula, tom de cantar ao ler, escritos de vergonha, outra qualidade de castigos, das offensas e queixas, principais faltas que ocorrem nas aulas, regra e ordem pela qual os decuriões fazem suas queixas, cartas recomendatórias e emulação entre classes. Percebe-se que o grande problema imposto pelo método mútuo refere-se à questão da ordem nas escolas. Os castigos propostos tinham como objetivo manter a ordem e a disciplina em sala, com a intenção de garantir o melhor e maior aproveitamento do tempo.

Para que a ordem fosse garantida, além de castigos de natureza física e/ou moral, os quais chamam a atenção pela extrema crueldade, defende-se com veemência o estabelecimento da hierarquia entre os alunos e a obediência estrita a ela, enfatizando a importância de os decurios não descuidarem da execução de suas tarefas. Reforçando mais uma vez a idéia da emulação e da competição entre os meninos.

Mesmo com a intensa propaganda sobre a superioridade do método mútuo, ao analisar as fontes, principalmente os debates realizados sobre a instrução no jornal *O Universal*, a maioria das escolas, mesmo na capital da província, continua a adotar o método individual. Já no início dos anos de 1830 era constatada a inviabilidade do método na província mineira. Primeiramente, porque o método mútuo exigia espaços adequados e uma variedade e quantidade grande de materiais pedagógicos para utilização dos alunos, os quais não eram disponibilizados, dificultando sua eficácia e aplicação. Em segundo lugar, porque os dirigentes mineiros alegaram que os professores não eram devidamente formados para ensinarem através do método, pois não havia uma instituição que os formasse adequadamente.

Ao longo dos anos, as discussões sobre o melhor método de ensino continuarão a ocupar a atenção daqueles que organizavam a instrução pública, juntamente com a discussão acerca da necessidade de formar um professor que melhor pudesse praticá-lo. Paralelamente ao discurso jornalístico, são produzidas outras estratégias para a consolidação do objetivo de organizar a instrução e de normatizar esse ramo da administração pública, como é o caso da produção de uma legislação específica para a área.

## Produzindo a organização do sistema de instrução: a lei n. 13 de 28 de março de 1835

Nos discursos produzidos pelos presidentes da província mineira, a instrução pública encontrava-se em um estado lastimável e precisava ser organizada. A necessidade de instruir e civilizar a população é clara. Em relatório enviado à Assembléia Legislativa Provincial no ano de

1833, o presidente Antônio Paulino Limpo de Abreu mostra que o estado indesejável da instrução se dava devido ao fato de que:

1° os pais de família não procurão, como lhes cumpre, da educação primaria de seus filhos: 2° de não terem os professores públicos um interesse immediato no augmento do número de seus discipulos: 3° da alluvião que há de escolas particulares, as quaes fora de toda a inspeção do governo, não offerecem garantia alguma da educação da Mocidade, já quanto a pericia, já pelo que respeita a moralidade dos mestres.

Esse trecho do relatório deixa clara a preocupação da província em organizar a instrução, seja pela cobrança em relação aos deveres dos pais em mandar os filhos à escola, seja pela necessidade de formar os professores, ou ainda pela necessidade sentida de inspecionar como e onde estava ocorrendo a educação na província mineira.

No ano de 1835, como seqüência dos debates que se travavam em relação à constituição do Estado Nacional e da importância de garantir a unidade e uniformidade do Estado Imperial em todas as províncias do país, o debate acerca da necessidade de organizar o sistema de instrução ganha maior intensidade. O desrespeito pelas leis e a conseqüente falta de moralidade se davam, segundo a elite, em virtude do atraso em que se encontrava a educação, sendo este considerado o “grande mal da sociedade”.

Em Minas Gerais, esse debate ganha mais destaque com a instalação da Assembléia Legislativa Provincial, no ano de 1835. No dia 2 de fevereiro, é publicada, em *O Universal*, a fala do presidente da província, Bernardo Jacintho da Veiga no ato de instalação da Assembléia. O presidente continua dizendo da importância da instrução pública, dos salários dos mestres, da necessidade de habilitá-los, da pouca freqüência dos alunos às aulas e do pouco resultado obtido pelo método mútuo que fora adotado em algumas escolas.

Através de *O Universal*, é possível acompanhar a intensa movimentação da Assembléia Legislativa na tentativa de organizar a instrução pública. As iniciativas iam tanto no sentido de realizar debates sobre a importância da educação, quanto em relação ao estabelecimento de uma legislação que viesse a organizá-la e aos investimentos financeiros que

eram realizados<sup>7</sup>. Várias reuniões da Assembléia Legislativa Provincial são publicadas no jornal.

Uma das tentativas mais importantes para organização da instrução pública realizada pelos dirigentes mineiros é noticiada no dia 23 de fevereiro de 1835, quando se informa que foi lido, na sessão da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 18 do mesmo mês, o projeto do deputado Bernardo Vasconcelos sobre a instrução pública. Esse projeto amplamente discutido refere-se ao que será depois a lei n. 13<sup>8</sup>.

O projeto ganha destaque durante muitas reuniões da Assembléia Legislativa e em vários números do jornal, que publica toda a movimentação e discussão sobre ele. No dia 25 de fevereiro, o projeto do deputado Bernardo Vasconcelos é publicado na íntegra.

O jornal, a partir das análises feitas, tinha a clara preocupação de tornar público todo o esforço que vinha sendo realizado pela Assembléia Legislativa Provincial para que a instrução pública pudesse alcançar seus objetivos. Nos anos seguintes (1836, 1837 e 1838) são publicadas várias falas de presidentes da província sobre a instrução pública, que nos permitem perceber como se produziram a necessidade de organizar a instrução pública e a formação do professores e como, aos poucos, os dirigentes mineiros foram tomando para si a responsabilidade pela organização do sistema de instrução que se queria instituir.

Assim, em 28 de março de 1835, a lei n. 13 é sancionada pelo vice-presidente da província Antônio Limpo Paulino de Abreu, atendendo ao disposto no Ato Adicional de 1834. Até então, o sistema de ensino na província mantinha uma organização próxima aos tempos coloniais. O número das escolas era pequeno, estando longe de satisfazer as necessidades de uma população dispersa em uma grande extensão territorial (Mourão, 1959).

---

7 Ao analisarmos os relatórios dos presidentes de província no período imperial, notamos que esse interesse e tentativa de organização davam-se também em termos de investimentos financeiros. Segundo os relatórios, eram gastos mais de um terço das rendas da província com a instrução.

8 A lei n. 13 foi criada em 1835, tendo sido a primeira lei mineira a propor uma organização para a instrução pública primária.

A partir da implementação da lei, a instrução pública é dividida em dois graus: a escola de primeiro grau ensinaria “a ler, escrever e a prática das quatro operações”, e, a de segundo, ensinaria “a ler, escrever, aritmética até as proporções, e noções gerais dos deveres moraes e religiosos”. As escolas de 2º grau, de acordo com o art. 2º da lei, eram aquelas que funcionariam em cidades e vilas em que se julgasse conveniente, e do “1º grau em todos os lugares em que attenta a população, poderem ser habitualmente frequentadas por vinte e quatro alumnos pelo menos”. As escolas que não tivessem o número de alunos estipulados seriam fechadas e os seus professores demitidos.

O objetivo das “escolas de primeiras letras”, tão defendidas pelos dirigentes mineiros, era generalizar para toda a população as primeiras noções sobre saber ler, escrever e contar. Não se imaginava por outro lado, uma relação desta escola com outros níveis de instrução como o secundário e o superior (Faria Filho, 1999b).

De acordo com Faria Filho (1999b), em estudos realizados sobre a constituição da cultura escolar em Minas Gerais no século XIX “instruir as classes inferiores era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência deste Estado e da Nação”. A instrução era vista como uma das principais estratégias civilizatórias do povo e possibilitaria prepará-lo para um “projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição do destino do país”.

Ainda segundo Faria Filho (2000, p. 137), buscava-se “constituir, entre nós as condições de governabilidade, ou seja, a criação de um estado independente, mas também, dotar este Estado de condições de governo”. Entre essas condições, sem dúvida a fundamental era “dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população”. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também “evitaria que este mesmo povo se desviasse do caminho traçado”.

A primeira metade do século XIX foi o momento de fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional. Nesse sentido, a legislação aparece com um

caráter normativo. As discussões sobre a importância da instrução estão relacionadas à necessidade de se estabelecer, no Império, como nos esclarece Faria Filho, o império das leis. Para o autor,

Isto significava, por um lado, instituir o arcabouço jurídico-institucional de sustentação legal do Estado Imperial, nas suas mais diversas manifestações e funções, e, por outro lado, fazer com que os mais diversos estratos sociais que viviam ou, mesmo, que exerciam funções de governo, viessem a obedecer às determinações legais [2000, p. 137].

Desde 1827, data da primeira lei sobre instrução pública no Império, foram estabelecidas várias outras leis no intuito de normatizar a instrução. A partir do Ato Adicional de 1834, com a descentralização da política administrativa do ensino, as províncias passam a estabelecer suas próprias leis sobre tal assunto. Dessa forma, a partir de 1835, as Assembléias Provinciais e os presidentes de província passam a produzir um número significativo de textos legais, o que demonstra que a normatização legal se constituiu em uma das principais formas de intervenção do Estado no serviço de instrução (Faria Filho, 2000).

A legislação volta-se também para a formação dos professores. Pelo art. 7º da lei n. 13, foi criada a primeira Escola Normal de Minas Gerais, a Escola Normal de Ouro Preto, onde deveria ser ensinado o método de ensino “mais expedito, e ultimamente descoberto, e praticado nos países civilizados”. Para tanto, pelo do art. 8º, o governo ficava autorizado a contratar quatro cidadãos brasileiros para se instruírem dentro ou fora da província a fim de reger essa escola e aquelas estabelecidas no art. 6º.

As escolas particulares, segundo o art. 9º, eram permitidas, independentemente de licença do governo, desde que os professores fossem habilitados na forma da lei. Todos os professores que abrissem escolas sem serem devidamente habilitados seriam suspensos e multados, podendo até mesmo serem punidos com prisão de 15 a 60 dias. Criou-se, ainda, o cargo de delegado de ensino que tinha por prerrogativas nomear visitantes, professores substitutos, suspender professores, fazer observar a lei e os regulamentos e as ordens do governo.

Pela lei n. 13, o governo da província mineira pretendia exercer controle sobre a instrução pública primária em todas as suas dimensões, marcando até os dias de estudo, as horas de cada lição, os suetos<sup>9</sup>, o tempo, as férias, o método dos exames públicos, o regimento, a polícia das escolas, bem como a forma de concursos que tinham lugar no provimento das cadeiras vagas.

A lei n. 13 e seu regulamento, de n. 3, possibilitam a produção de estratégias para legitimar a necessidade de formação dos professores. É a partir da criação das escolas de primeiras letras no ano de 1827 e, no caso de Minas Gerais, a partir da lei n. 13 em 1835, que se intensifica a preocupação com a formação dos professores tornando-se uma questão central. É nesse momento que os vários discursos produzirão um sentido para a questão da formação dos professores, através das representações que se constroem sobre quem deveria ser professor e os conhecimentos que ele deveria adquirir.

Essa preocupação com a formação dos professores se traduz com clareza através da criação de uma Escola Normal. Tal escola tinha por objetivos habilitar os professores para ensinarem nas escolas criadas, e, principalmente, buscar estabelecer um maior controle sobre a formação dos professores através da prescrição de determinadas práticas.

Apesar de todas as tentativas trazidas pela implementação da lei n. 13 de se organizar a instrução pública, muitas eram as dificuldades que se colocavam. As dificuldades apontadas pelos presidentes de província diziam respeito à falta de materiais, de locais adequados para realização das aulas e a falta de professores preparados, de uma instituição que os formasse, bem como a falta de inspeção e a conscientização dos pais sobre a importância de mandarem seus filhos à escola.

Segundo os relatórios dos presidentes de província, tornava-se muito complicado inspecionar a prática dos professores, pois estes ensinavam em escolas isoladas, muito distantes uma das outras. Na tentativa de resolver a situação foram criados os círculos literários. Estes eram

---

9 Suetos são feriados escolares.

em número de quinze, sendo que cada um tinha um delegado de ensino, nomeado pelos presidentes da província. Aos delegados de ensino cabia, entre outras funções, nomear os visitadores que fiscalizavam o trabalho dos professores, conforme já dissemos.

A necessidade de organizar a instrução pública está colocada, tanto quanto a necessidade de “derramá-la para todas as classes da sociedade”, e que é intensamente divulgado e discutido através de *O Universal*. Há, porém, que fazer dessa preocupação dos dirigentes mineiros, também uma preocupação dos pais, uma vez que um dos maiores empecilhos colocados para a não escolarização da população era a pouca importância que estes davam à escolarização dos filhos. Muitas vezes, as escolas existiam, mas não funcionavam porque não havia alunos suficientes. A falta de alunos era, às vezes, relacionada à suposta irresponsabilidade dos professores para com o ensino. No entanto, nem sempre isso era verdade. É o que se percebe, quando no dia 21 de agosto de 1835, ao comentar sobre o salário dos professores no jornal, afirma-se que:

em verdade a causa do estado decadente de nossas escolas públicas não é só devido ao mestres, é também aos pais de família, que muito pouco cuidam da instrução de seus filhos, e esses poucos que os mandam às escolas não deixam que se aperfeiçoem como convém, resultando daqui que os professores estejam continuamente em penosos trabalhos sem jamais poderem apresentar um resultado de suas fadigas.

Essa preocupação está presente em *O Universal* desde a década de 1820, quando Americus, em sua carta publicada em 10 de fevereiro de 1826, denuncia que muitos pais gastam dinheiro fazendo caprichos dos filhos, mas não se preocupam em gastar com algo tão importante quanto à sua educação. Nota-se que se torna necessário conscientizar os pais da importância de dar educação aos filhos e para que estes assumissem o dever de mandar seus filhos para a escola. No entanto, muitas vezes, as crianças deixavam de ir à escola por terem que trabalhar para ajudarem os pais nas tarefas ligadas à agricultura e à manutenção da casa, dificultando assim a concretização dos objetivos da elite dominante.

A baixa frequência dos alunos, a alta evasão escolar e a preservação da educação caseira eram comuns e sinalizavam valores apegados ao “governo da casa”. O debate sobre a questão feminina vem somar-se a essa questão, uma vez que algumas famílias insistiam em manter as mulheres sem os conhecimentos mais básicos da instrução. Se, no caso da educação dos meninos, a resistência do governo da casa era agravada pela pequena, ou inexistente, presença de instrução pública nas províncias, no caso das meninas era ainda pior. Em qualquer das situações configurava-se a reação dos poderes privados à intervenção crescente do Estado, que tentava colocar sob seu controle a educação e a instrução das famílias com intuito de reafirmar seu projeto centralizador, conforme nos mostra Ilmar Mattos (1996).

Pela lei n. 13, os governantes mineiros buscavam atuar sobre essa questão, estabelecendo no art. 12 que os pais de família eram obrigados a dar aos seus filhos a “instrução primária do 1º grau ou nas escolas públicas, ou particulares, ou em suas próprias casas, e não os poderão tirar dellas, enquanto não souberem as matérias próprias do mesmo grau”. A infração deste artigo, segundo a lei, resultaria na punição com a aplicação de uma multa de dez a vinte mil reis, caso fossem intimados por três vezes e não corrigissem tal falta. Essa determinação, criticada por alguns presidentes de província e pessoas influentes na sociedade, ao que tudo indica, segundo as fontes consultadas, foi muito pouco colocada em prática.

Aliada à questão dos pais terem que mandar seus filhos para a escola vai colocando-se outra, qual seja, a incapacidade dos pais de educarem e ensinarem corretamente as crianças. Aqui, percebe-se a produção da escola como o lugar autorizado para a socialização da infância assumindo assim uma importância crescente como *locus* privilegiado de transmissão de saberes e de costumes.

Nesse processo, o que se percebe é que, para se afirmar a escola como principal instituição responsável pela instrução e educação da infância, seus defensores tiveram que deslocar dessa centralidade outras instituições e processos socializadores, como a família e a Igreja (Faria Filho, 1999b). Talvez fosse esse o objetivo do jornal *O Universal* ao

publicar determinados artigos, como um intitulado: “A pouca importância que é dada aos mestres”, que circulou no dia 11 de outubro de 1839<sup>10</sup>.

Nesse artigo, é ressaltada a obrigação dos pais em zelarem pela educação de seus filhos, sendo a educação colocada como um bem precioso, “fonte de virtude, da felicidade, da opulência e grandeza dos povos”. Ressalta, sobretudo, a importância de deixar a cargo de educar seus filhos, o preceptor (professor). Ele, e somente ele, segundo o artigo, teria a influência moral necessária para educar, nem mesmo o ministro da religião, teria essa capacidade.

Nessa matéria, a missão do mestre é elevada, dele dependeria o “desenvolvimento das qualidades nascentes de uma alma tenra”. Ressaltam também quais devem ser as qualidades do mestre, devendo este ter conhecimento e habilidade de comunicá-los:

[...] além ser dotado de costumes virtuosos e irrepreensivos, da incansável paciência, na certeza de que, não fazendo uso dessas qualidades, não só deixa imperfeita a educação, que lhe confiarão, como levanta obstáculos inseparáveis aos esforços do pedagogo espiritual, a quem incube inspirar a juventude, por meio da máximas da religião.

Ao se produzir a idéia de que somente o mestre é capaz de ensinar com clareza e perfeição um “bem tão precioso” para a vida da criança e, conseqüentemente, da sociedade, vai produzindo-se também a idéia de que a família não tem condições de exercer com êxito tal tarefa, por não dispor das condições necessárias para garantir uma boa educação aos seus filhos.

Fica evidente, nesse momento, que se produzia um discurso no qual a família é desqualificada para a função que até então vinha exercendo. Mais que isso, percebe-se, sobretudo, a construção de estratégias que visavam produzir a necessidade do professor como uma condição essencial para a organização da instrução. A partir de então, construiu-se

---

10 Esse mesmo artigo havia antes sido publicado no jornal *Panorama*, em Portugal, para os *pais de família*.

um modelo de professor que deveria ser formado. Também foram produzidas determinadas características e atribuições que caberiam àquele que seria o “sujeito autorizado a formar as novas gerações” (Faria Filho, 1996).

Segundo Muaze (1999), ao discutir a descoberta da infância no século XIX, mesmo algumas famílias preferindo a educação doméstica devido à baixa qualidade das escolas, havia por parte dos pais a intenção de educar melhor os filhos<sup>11</sup>. A escola foi lentamente considerada fundamental para a educação das crianças.

## Organizando os espaços e aproveitando o tempo: a questão dos métodos de ensino

No decorrer dos anos de 1830, a idéia de que a instrução escolar atenderia de forma efetiva o objetivo de moralizar e educar o povo é afirmada como central. As discussões sobre qual o melhor método de ensino a ser adotado continua a ganhar a atenção dos dirigentes mineiros. O método simultâneo é considerado aquele que melhor atenderia às especificidades da instrução escolar, uma vez que ele permitia que as classes fossem organizadas de forma mais homogênea, ao mesmo tempo em que o professor atenderia a mais alunos de uma só vez, racionalizando desta forma o tempo escolar. Os conteúdos seriam organizados em diversos níveis e a turma dividida em cinco divisões e oito classes.

A defesa do método simultâneo é realizada principalmente pelo professor Francisco de Assis Peregrino que, após assinar contrato com o governo da província mineira, passou dois anos na França para se instruir no método de ensino que lá era ensinado<sup>12</sup>. O edital do contrato foi publicado em *O Universal* no dia 29 de abril de 1835. Aqueles que fossem con-

---

11 Mariana Muaze (1999) demonstra que a instrução infantil, ao longo dos oitocentos, viria a se transformar em um elemento de diferenciação social. Segundo a autora, a instrução infantil tinha que acompanhar o processo civilizador pelo qual a boa sociedade e o Império ambicionavam passar.

12 Este contrato foi estabelecido pela lei n.13.

tratados deveriam instruir-se no método de ensino “mais expedito e ultimamente descoberto”, e nas matérias definidas pela legislação em vigor.

Os candidatos deveriam também estar versados ao menos na gramática da língua nacional, latina e francesa, provando por documentos a regularidade de sua conduta. O governo assegurava aos candidatos por dois anos um subsídio anual de seiscentos e oitenta mil réis, além de uma ajuda de custo para a viagem de ida e volta. Ao final dos dois anos, os candidatos voltariam e ficariam obrigados a estabelecer escolas de primeiras letras, ficando obrigados a regê-las por um espaço de dez anos. Para tanto, o governo asseguraria a eles um ordenado de oitocentos mil réis anuais.

Antes de fazerem os contratos, os candidatos faziam fiança idônea e garantiam a reposição destas quantias caso não comparecessem ao final dos dois anos para assumir os encargos determinados ou, se mesmo voltando, não quisessem exercer o magistério ou ainda, se não se mostrassem devidamente instruídos nas matérias exigidas e caso abandonassem as cadeiras antes de terminarem os dez anos exigidos, bem como se por omissão, ou irregularidades, fossem suspensos ou demitidos.

Ao voltar da viagem em 1839, o professor Francisco de Assis Peregrino escreveu uma *Memória* na qual propunha a reorganização do sistema elementar de ensino através da adoção do método simultâneo. Assim como para os defensores do método mútuo, também para o professor Peregrino o método individual era cheio de imperfeições, não permitindo um bom aproveitamento do tempo, o que fazia com que os alunos ficassem anos seguidos na escola sem nada aprenderem de útil.

Para o professor, o referido método também levava à indisciplina, pois “aquele aluno que acaba a lição não tem mais o que fazer e fica na ociosidade, enquanto o professor se ocupa individualmente de cada aluno”. Ressaltava ainda que o uso de um livro diferente por cada aluno, enviado pelos pais, contendo estes erros de gramática e ortografia e que “não interessam a mocidade, causando-lhe muitas vezes prejuízos”, era muito prejudicial para o bom andamento da instrução primária.

Na *Memória*, o tempo gasto em cada método é detalhadamente calculado pelo professor Peregrino. Ele atribui ao método individual, por causa da sua morosidade, a razão pela qual o sistema público de ensino

não apresentava os resultados desejados. A ociosidade em que se encontravam os alunos é também por ele criticada. Mesmo imaginando uma escola com todas as condições favoráveis, com um bom professor e o número ideal de alunos, ele não vê possibilidades de o método individual conseguir bons resultados para o sistema de ensino.

A partir de tal constatação, o professor Peregrino passa a defender o método simultâneo como aquele que melhor atenderia as necessidades da província mineira. Ao iniciar a defesa do método simultâneo, Peregrino assim se expressa:

Não haverá pois um meio de melhorar o systema de ensino, e de economizar mais o tempo, fazendo que um certo número de alumnos aproveite da mesma lição sendo elles classificados em grupos conforme seus graos de intelligência, e estabellecendo-se nesses grupos ou classes uma emulação de cada instante?

Em seguida, o professor passa a descrever detalhadamente o método simultâneo. Na descrição feita pelo professor Peregrino a respeito do método defendido, a eficácia deste estava diretamente relacionada ao melhor aproveitamento do tempo escolar, tanto pelos professores, quanto pelos alunos. A análise do documento reafirma que naquele momento de instituição do sistema de ensino público primário em Minas Gerais, as formas de delimitação, organização e utilização do tempo eram as principais questões a serem resolvidas para o bom andamento da instituição escolar.

O estabelecimento do método simultâneo somente se torna possível com a produção de materiais didáticos pedagógicos, como livros e cadernos para os alunos e a disseminação paulatina de materiais como o quadro-negro, que possibilitam ao professor fazer com que diversos grupos fiquem ocupados ao mesmo tempo. Sobretudo, o pleno estabelecimento do método terá que esperar a construção de espaços próprios para a escola, o que ocorrerá, no Brasil, apenas na última década do século XIX.

Nos meados da década de 1840, com o objetivo declarado de unir o método simultâneo, o mútuo e algumas partes do individual, com todas as vantagens de cada um e “retirando os defeitos que neles havia”, foi criado o método misto. Esse método parece ter sido definitivamente escolhido

para ser ensinado na Escola Normal de Ouro Preto, no final dos anos de 1840, conforme nos indica a análise dos exames realizados pelos professores que a freqüentavam. Essas provas, realizadas entre os anos de 1846 até 1850, nos permitem confirmar como os métodos de ensino ganham centralidade na formação daqueles que seriam os futuros professores.

Percebemos, que tanto o discurso da necessidade de instruir a população e organizar um sistema público de ensino, como o discurso da necessidade da formação de habilidades e saberes específicos que o professor deveria ter para ingressarem na carreira do magistério público primário, já estava cristalizado na década de 1840. Nos ofícios avulsos, dirigidos a professores e delegados literários, encontramos a exigência para que os candidatos ao magistério e aqueles que já se encontram exercendo a função obtenham o mais rápido possível sua habilitação na Escola Normal da capital. Como nos mostra o trecho abaixo:

Sendo indispensável que Vme. se mostre convenientemente habilitado nas matérias de que trata o artigo 7º da lei nº 13, afim de que possa ser titulado professor substituto na Aula Normal nos termos do artigo 8º da mesma lei, resolvi marcar lhe para esse effeito o prazo de dous mezes, ficando na intelligencia de que dentro delle não requerer os necessários exames, e não apresentarem os documentos necessários para obeter o provimento, não podera comntinuar no exercicio, e nem ser pago do ordenado [código 360, 1844 – Arquivo Público Mineiro].

As discussões sobre os métodos de ensino no Brasil, como pudemos observar, vai processar-se no entendimento dos métodos como uma forma de organização da classe e dos tempos escolares, e não necessariamente como uma forma de ensinar. Essas discussões estarão presentes dessa forma dos meados da década de 1820 até os meados da década de 1870, quando então se estabelecem novas reflexões advindas da defesa do método intuitivo<sup>13</sup>.

---

13 É a partir das discussões sobre o método intuitivo, no final do século XIX, juntamente com as discussões advindas da psicologia e da biologia, que se iniciam as discussões sobre a relação ensino-aprendizagem.

Até aqui tratamos especificamente das discussões sobre o melhor aproveitamento dos tempos escolares. Outra questão que ganha destaque nesse momento é a preocupação com a organização do espaço escolar. Ao se constituir e construir a especificidade da forma escolar, com seus tempos, sujeitos e modos de organização, transmissão de conhecimentos, na produção de um modo de socialização específico da escola. A organização é pensada de forma detalhada, sendo considerada primordial para que a eficácia do método adotado fosse garantida.

O domínio do espaço escolar pelo professor, através da organização eficaz deste, vem somar-se ao domínio dos métodos de ensino, proporcionando um melhor aproveitamento do tempo escolar discutido anteriormente, devendo estes formar um conjunto das novas habilidades do professor que atuaria no sistema de ensino de primeiras letras.

O professor Peregrino, ao propor um plano para melhorar a instrução pública em Minas Gerais, também trata desta questão, afirmando a importância da organização do espaço no processo de organização da instrução pública nas primeiras décadas do século XIX.

Como apontam Viñao Frago e Agustín (1998), o espaço escolar não é neutro, ele também educa. O espaço é todo organizado de forma que garanta a eficácia do método seguido e ao mesmo tempo para educar. Na proposta feita pelo professor Peregrino, o espaço é organizado de forma que as janelas não levem o aluno a se distrair olhando para o que acontece nas ruas. A cor das paredes e o tipo de chão utilizado são pensados para propiciar um ambiente mais higiênico, afinal essa era uma clara preocupação no século XIX. Nas paredes, são ainda espalhados letras do alfabeto, os sons e articulações mais utilizados na língua pátria, máximas de moralidade, retrato do imperador e outros detalhes que visavam contribuir para o processo de educação, moralização e civilização dos alunos.

O professor Peregrino detalha como deve ser o local onde é estabelecida a escola. Para ele, devia-se geralmente escolher para estabelecimento de uma escola uma casa que esteja em lugar bem elevado, e bem arejado, que seja colocado no centro da povoação, ou “Distrito que pertencer a escola, porque assim se facilita mais a frequência dos alumnos”. Segundo ele, “a casa deve ser de tal sorte construída, que os

alumnos estando em suas classes, tenham a sua esquerda ao Nascente, donde receber a luz”.

Para Escolano (1998, p. 28), não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular. Nesse momento, a escola, instituição em construção, localizava-se em casas e igrejas, guardando ainda uma certa intimidade familiar com o mundo privado. Eram escolas isoladas, estruturadas para atender a determinadas finalidades domésticas ou religiosas, por exemplo – e traziam consigo símbolos, signos, sensibilidades e valores próprios deste mundo.

As formas, as dimensões da sala, o pavimento, o teto, as paredes e janelas são também pensados de forma que possam contribuir para a boa aprendizagem dos alunos e para que esses não se distraiam com as coisas que se passam na rua. O professor aconselhava que na parte superior das paredes se traçassem as letras do alfabeto, os sons e articulações mais usadas na língua pátria, algumas sentenças notáveis, ou máximas de moralidade, e finalmente os algarismos numéricos, tudo em grandes caracteres bem talhados e de diferentes formas.

Cada detalhe é definido *a priori*. A localização dos armários, do quadro-negro e do honorífico, a pêndula, a tábua de marca (usada para avisar ao professor que o aluno irá retirar-se da sala momentaneamente), a talha, as mesas, os bancos, as ardósias, todos esses objetos têm seus usos e locais prescritos.

Também a posição do professor no estrado mostra como a organização do espaço é articulada para afirmar hierarquicamente a posição assumida pelo professor. Mesmo no método mútuo, no qual este conta com ajuda dos monitores, essa localização não deixa que se pense que o professor não tem mais o controle sobre o processo educativo. A cadeira do professor deveria estar sob uma eminência de dois palmos, que era feita por meio de um estrado de dois degraus. Este estrado ocupa um espaço de 12 palmos de comprimento, e nove de largura. Deve ser colocado em uma das extremidades da sala, e de tal sorte que o professor, estando assentado em seu lugar, tenha à sua frente todos os alunos voltados para si.

As formas silenciosas de ensino que se pretendia na primeira metade do século XIX estão marcadas de formas bem definidas. A promoção

do melhor aluno é definida pela marca de prêmio e pelos escritos de punição. A questão da religião é também pensada ao se organizarem os espaços. Cada escola deveria ter “na parede, e acima da cadeira do professor um crucifixo, e o retrato do Imperador. Em um paiz que tem a religião, e forma de Governo do Brasil não seria preciso uma grande dissertação para saber-se o efeito moral d’estes dous objectos”. A vigilância em relação aos hábitos de higiene, a perda de tempo que ir ao banheiro poderia acarretar, bem como a possibilidade de não controlar o que acontece na latrina, podendo isto trazer males à moral dos alunos, fez com que esse lugar fosse detalhadamente pensado pelo professor Peregrino ao escrever a *Memória*.

O espaço escolar, como afirmam Viñao Frago e Agustín (1998, p. 69),

não é, pois, um contenedor, nem “um cenário”, mas sim “uma espécie” de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, e de marcos para o aprendizado sensorial e motor e toda uma semântica que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e ainda, ideológicos. Em suma, como a cultura escolar, da qual forma parte, “uma forma silenciosa de ensino. Qualquer mudança em sua disposição, como lugar ou território, modifica sua natureza cultural e educativa.

## Considerações finais

Como podemos perceber através das reflexões feitas até aqui, e como chama atenção Faria Filho (1999b), a instituição escolar não surge no vazio de outras instituições, como muitos textos querem nos fazer crer. Os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram que “lentamente deslocar tradicionais instituições de educação e instrução, apropriando-se, remodelando ou recusando a tempos, a espaços, a conhecimentos, a sensibilidades e a valores próprios às mesmas”. Mas não apenas isso, “a escola teve também de inventar, de produzir, o seu lugar próprio, e o fez, também em íntimo diálogo com outras esferas e instituições sociais” (p. 127).

Era clara a necessidade de estender as possibilidades de acesso da população à escola. A preocupação se dava, sobretudo, em relação aos

rudimentos do ler e escrever, estendendo-se, porém, aos homens livres. Ao estudar a instrução escolar em Minas Gerais no século XIX, podemos afirmar que a maior preocupação daqueles que estavam no poder era quanto à melhor forma de utilização do tempo. Esta questão, estando no cerne da modernidade, não poderia deixar de ser um aspecto central no interior dos processos de escolarização.

Uma melhor e mais eficiente organização e utilização dos tempos escolares foram a grande preocupação daqueles que estavam envolvidos na discussão sobre o processo de escolarização no século XIX e que defendiam a centralidade da escola na vida nacional, na formação de um povo ordeiro e civilizado. As determinações sobre os conteúdos escolares estavam intimamente relacionados à organização e à utilização dos tempos escolares e, em decorrência, relacionados aos métodos pedagógicos, e ainda, mais especificamente, à organização das turmas e das classes.

Trazendo aqui o conceito de discurso fundador de Orlandi (1993), podemos dizer que as discussões sobre os métodos de ensino e, conseqüentemente, sobre o melhor aproveitamento do tempo, dos espaços escolares e da organização do sistema público de ensino, iniciam um discurso fundador sobre a necessidade de formação dos professores.

A formação dos professores não mais será pensada a partir da década de 1820, até as primeiras décadas do século XX, sem que se discuta a questão dos métodos de ensino. A legitimidade da formação do professor será conferida através do domínio que este possuía em relação ao tempos e espaços escolares. As discussões sobre os métodos de ensino, que enfocavam a questão da organização da classe, do espaço e o papel do professor como agente e organizador da instrução, vai ao mesmo tempo produzir a necessidade da formação do professor para o sistema de ensino que se pretendia organizar.

## Referências Bibliográficas

- BASTOS, M. H. C. (1999). “A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gerando (1839)”. In: BASTOS, M.H. & FARIA FILHO, L.M. de (orgs.). *A escola*

*elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo*. Passo Fundo, EDIUPF, pp. 239-270.

FARIA FILHO, L. M. de (org.) (1999a). *Pesquisa em história da educação. Perspectivas de análise. Objetos e fontes*. Belo Horizonte, HG Edições.

\_\_\_\_\_. (1999b). “Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX”. In: SOUZA, M. C. de & VIDAL, D. G. (orgs.). *A memória e a sombra. A escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte, Autêntica.

\_\_\_\_\_. (2000). “A instrução elementar no século XIX”. In: FARIA FILHO, L.M. de; LOPES, E. M.T. & VEIGA, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica.

JORNAL *O UNIVERSAL*, Ouro Preto. Edições: julho de 1825 a junho de 1842.

MATTOS, I. R. (1996). *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro, ACCESS.

MINAS GERAIS. (1828-1852). Relatórios de Presidente de Província. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13 de 28 de março de 1835. *Livro das Leis Mineiras*. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. Instrução Pública (1839). *Ofícios de professores primários ao governo da Província*. SP N. 236. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. (1839). *Memória*. SP N. 236. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. (1839-1840). *Portarias da Presidência aos Delegados Literários*. SP N. 267. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. (1841-1850). *Ofícios sobre Instrução Pública*. SP N. 360. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. (1841-1843). *Ofício do Governo sobre Instrução Pública e Delegados Literários*. SP N. 304. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. Lei n. 311 de 8 de abril de 1846. *Livro das Leis Mineiras*. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. (1846-1850). *Originais mais pareceres e atos relativos a exames de Instrução Pública*. SP N. 392. Arquivo Público Mineiro.

\_\_\_\_\_. Lei n. 1.769 de 8 de abril de 1871. *Livro das Leis Mineiras*. Arquivo Público Mineiro.

- MUAZE, M. de A. F. (1999). *A descoberta da infância a construção de um habitus civilizado na boa sociedade imperial*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ORLANDI, E. P. (1993). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes.
- VIÑAO FRAGO, A. & AGUSTÍN, E. B. (1998). *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A.